

A BANDA PASSA E A DÚVIDA FICA: PROFESSOR OU INSTRUTOR?

THE BAND PASSES AND THE QUESTION REMAINS: TEACHER OR INSTRUCTOR?

Aurélio Nogueira de Sousa¹

Universidade Federal do Bahia UFBA

Mairy Aparecida Pereira Soares Ribeiro²

Universidade Católica de Brasília

RESUMO

Este artigo investiga as transformações no sistema educacional brasileiro diante da crise econômica e da ascensão do neoliberalismo, focando no impacto dessas mudanças no ensino de música na educação básica. A pesquisa problematiza como a redução do papel do Estado e a promoção da competitividade influenciam a educação musical, destacando a obrigatoriedade do ensino de música estabelecida pela Lei Federal nº 11.769/2008. Utilizando o Paradigma Interpretativista, o estudo adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, examinando a atuação dos instrutores de música em comparação com os professores, especialmente no contexto das políticas educacionais recentes e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Conclui-se que, embora os instrutores desempenhem um papel crucial na ausência de professores especializados, há implicações significativas para a qualidade da educação musical e a formação dos profissionais.

Palavras-chave: BNCC; Educação musical; Instrutor; Neoliberalismo; Professor.

ABSTRACT

This article investigates the transformations in the Brazilian education system in the face of the economic crisis and the rise of neoliberalism, focusing on the impact of these changes on music teaching in basic education. The research problematizes how the reduction of the role of the State and the promotion of competitiveness influence music education, highlighting the compulsory nature of music teaching established by Federal Law 11.769/2008. Using the Interpretivist Paradigm, the study adopts a qualitative and bibliographical approach, examining the performance of music instructors in comparison with teachers, especially in the context of recent educational policies and the Common National Curriculum Base (BNCC). It concludes that although instructors play a crucial role in the absence of specialized teachers, there are significant implications for the quality of music education and the training of professionals.

Keywords: BNCC; Music education; Instructor; Neoliberalism; Teacher.

¹ Doutor em Educação Musical pela Universidade Federal da Bahia (2020). Professor PIV de Música da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil. Endereço para correspondência: Rua 9 de Julho, Q.14 L.12/13, casa 23, Setor Estrela Dalva Goiânia, Goiás, Brasil, CEP: 74475-250. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5215-6619>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3611203166816978>. E-mail: aureliotropete@gmail.com.

² Doutora em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2024). Professora e Coordenadora do Curso de Letras-EaD na UNIGOIÁS, Goiânia, Goiás, Brasil. Endereço para correspondência: Avenida João Cândido de Oliveira, nº 115, Bairro Cidade Jardim, Goiânia, Goiás, Brasil, CEP: 74423-115. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5571-7154>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9493269932458337>. E-mail: mairyribeiro@hotmail.com.

RESUMEN

El artículo investiga las transformaciones del sistema educativo brasileño ante la crisis económica y el auge del neoliberalismo, centrándose en el impacto de estos cambios en la enseñanza de la música en la educación básica. La investigación problematiza cómo la reducción del papel del Estado y la promoción de la competitividad influyen en la enseñanza de la música, destacando la obligatoriedad de la enseñanza musical establecida por la Ley Federal 11.769/2008. Utilizando el Paradigma Interpretivista, el estudio adopta un abordaje cualitativo y bibliográfico, examinando el desempeño de los instructores de música en comparación con los profesores, especialmente en el contexto de las recientes políticas educacionales y de la Base Curricular Nacional Común (BNCC). Se concluye que, aunque los instructores desempeñan un papel crucial en ausencia de profesores especializados, existen implicaciones significativas para la calidad de la educación musical y la formación de profesionales.

Palabras clave: BNCC; Educación musical; Instructor; Neoliberalismo; Profesor.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse artigo aborda um cenário de mudanças no sistema educacional em um contexto de crise econômica e de ascensão do pensamento neoliberal na sociedade. O debate se concentra em como a educação está sendo moldada pelas ideias do neoliberalismo, que enfatiza a redução do tamanho do Estado e a promoção da competitividade. Isso levou a uma transformação na maneira como a educação é concebida e renovada, com implicações significativas para os profissionais que atuam nesse campo.

Em meio a essa transformação, surge o papel do “instructor” na educação, em particular no ensino de música. De fato, o ensino de música no contexto da educação básica nos últimos vinte anos obteve diversas transformações positivas em todo Brasil, com a aprovação da Lei Federal nº 11.769, aprovada em 18 de agosto de 2008, que disserta sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica que, conforme descrito por Silva e Andrade (2008), trata apenas do retorno da música como conteúdo necessário nas escolas. Dessa forma, com a aprovação desta lei, a grande demanda por professores de músicas desencadeou a abertura de um mercado voltado para aulas de música, além de abertura de vagas em concursos específicos e o crescimento de vagas ofertadas em cursos superiores nesta área.

Contudo, as dificuldades encontradas pelos profissionais da música, como “Salários desestimulantes, dificuldades impostas pela prática diária e falta de estrutura física adequada para as aulas de música iniciam a enumeração das possíveis causas” (Sobreira, 2008, p. 50). Esse tipo de problema enfrentado por professores de música no nosso país não é recente e se reverbera até hoje, pois se trata de dificuldades históricas que persistem no cotidiano do trabalho desses profissionais.

Apesar disso, com as trocas de gestão governamental na esfera federal ocorreram mudanças extremas que afetaram de maneira significativa o trabalho dos professores de

A banda passa e a dúvida fica: professor ou instrutor?

música. No ano de 2016, com o início da escrita da BNCC, vários especialistas de inúmeras áreas se reuniram com o intuito de construir a Base um único documento que contemplaria as exigências e diversidade de cada um. De maneira conjunta, no mesmo ano, o Brasil sofreu um Golpe, conforme esclarecido abaixo:

O que houve no processo legalmente chamado de impeachment da então presidente Dilma Rousseff foi a necessidade de substituição de um governo constituído legal e democraticamente por um chefe de estado que atendesse de forma mais solícita às exigências do capital com vistas à superação de sua crise (Lombardi e Lima, 2017, p. 1, apud Santos, 2019, p. 1).

O período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no poder foi marcado por várias políticas públicas de profunda relevância voltadas à educação. Algumas delas foram a reestruturação de universidades, a implementação de cotas sociais e raciais, o aumento considerável das vagas oferecidas em concursos públicos para o magistério, a aprovação das diretrizes curriculares básicas e específicas para variadas especificidades educacionais e a aprovação de leis importantes, como a Lei n.º 11.769/08 e a Lei n.º 13.278/16.

Tomando como ponto de partida o contexto político e social em que ocorreu o Golpe, uma nova versão da BNCC para o ensino médio foi promulgada através da publicação feita no Diário Oficial da União (DOU) do dia 21 de dezembro de 2017, na Seção 1, Página 146, da Portaria n.º 1.570. É importante salientar que, apesar de ter sido divulgada como um documento que foi construído a partir de muitos debates e questionamentos, a BNCC “é obscurantista e submissa à lógica das competências e nas avaliações de larga escala” (Santos, 2019, p. 5).

Além disso, Lombardi e Lima (2017, *apud* Santos, 2019) cita Girotto (2018) como forma de referenciar e enriquecer a discussão acerca do real objetivo da elaboração deste documento a partir do Golpe de 2016, que foi estruturado sem qualquer pretensão de valorizar a escola pública como um lugar destinado a reflexões, discussões e aberta à diversidade. Nesse sentido, Girotto destaca que:

as políticas educacionais sob a ótica do neoliberalismo têm reforçado a concepção da escola como instituição simples, capaz de ser controlada e gerenciada a partir de uma lógica de gestão por e para resultados. Nesta concepção, professores e alunos são definidos como indiferenciados, sujeitos às ações que pouco compreendem por que pouco participaram de sua construção (Girotto, 2018, p. 17).

As transformações ocorridas no sistema educacional brasileiro dos últimos dez anos refletiram em perdas de espaço do ensino da música, conforme mencionado anteriormente,

RIBEIRO, Mairy Aparecida Pereira Soares; SOUSA, Aurélio Nogueira de;

em várias instituições escolares das redes municipais e estaduais por todo o país. Conseqüentemente, isso tem afetado os projetos de bandas escolares, como ressaltados por Sousa e Pereira (2020), devido a programas como as bandas marciais serem configurados apenas como disciplinas eletivas que, apesar de serem ofertadas na escola, não são obrigatórias e estão à disposição de alunos que se sintam interessados.

Apesar disso, os autores citam e defendem a importância de manter disciplinas ligadas à arte à música, uma vez que a música é vivenciada por crianças e jovens em seu cotidiano não só por meio da escola, mas também através da internet, outras mídias de comunicação e até mesmo pelo contexto religioso. Dessa forma, as disciplinas de música têm se configurado como um relevante espaço de trabalho com a linguagem da música com a prática instrumental, o canto ou a formação de novas bandas.

Nessa perspectiva, o papel do professor de música também tem sido alvo de discussões sobre sua real atuação devido a seu trabalho ser comparado a de um professor regente em sala de aula, como os de disciplinas de Português ou Matemática, ou se o professor de banda é um instrutor que auxilia os alunos a tocarem algo. Além disso, muito se é discutido sobre a posição do instrutor como um mero supervisor de momentos recreativos nos contraturnos das escolas brasileiras.

Em pesquisas recentes feitas em periódicos eletrônicos e sites de secretarias de educação, apenas uma lei municipal que define o cargo do professor de banda como pertencente ao quadro de funcionários foi encontrada. A Lei n.º 10.451, de 22 de março de 1988, do município de São Paulo, dispõe sobre a criação de cargos de professor de bandas e fanfarras, como descrito:

Art. 1º- Ficam criados, no Quadro do Ensino Municipal, os cargos de Professor de Bandas e Fanfarras, constantes da coluna "Situação Nova", do Anexo Único, integrante da presente lei.

Parágrafo Único - Os Professores de Bandas e Fanfarras ficam submetidos à jornada de trabalho correspondente ao Regime de Tempo Parcial (São Paulo (SP), 1988).

Por outra perspectiva, outras pesquisas indicam que professores de bandas escolares podem ter uma gama de títulos ou funções. Contudo, essas pesquisas não esclarecem se esses profissionais que atuam como professores estão realmente alinhados às responsabilidades diárias referentes ao contexto necessário para o bom desempenho do aprendizado em bandas marciais escolares.

Assim, para entender a gênese dessa figura, fizemos uma pesquisa de estado do conhecimento nos repositórios, Capes, BDTD, Google Scholar e SciELO para mensurar o que há publicado sobre o assunto.

A banda passa e a dúvida fica: professor ou instrutor?

Vale ressaltar aqui que os instrutores desempenham um papel importante na ausência de profissionais da música em algumas localidades, assumindo a responsabilidade de ministrar aulas e liderar bandas e fanfarras. No entanto, as implicações disso vão além da mera substituição de professores, pois isso tem repercussões na qualidade da educação, na carga de trabalho e na formação desses profissionais.

Ao relacionar esse contexto com a justificativa para a existência dos professores, enfatizamos a importância dos educadores na organização do ambiente educacional e na promoção do desenvolvimento integral dos alunos. Isso estabelece uma base para a discussão posterior sobre as diferenças e implicações dos papéis de professores e instrutores na educação, destacando a complementaridade de suas funções e as nuances da regulamentação educacional em vigor.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é fundamentada no Paradigma Interpretativista, que concebe a sociedade como sendo moldada de forma subjetiva, resultante da ação dos indivíduos que a compõem. Os sujeitos constroem simbolicamente sua própria realidade social, que se desenvolve a partir das interações entre eles e/ou entre o sujeito e o objeto. A abordagem do teórico social-interpretativista visa compreender como múltiplas realidades compartilhadas emergem, persistem e se transformam (Morgan, 2007).

Dentro desse contexto, optou-se por utilizar o método de pesquisa bibliográfica para este estudo, que envolve um processo estruturado de busca de soluções relacionadas ao objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica é fundamental para estabelecer uma base teórica sólida (Lima; Miotto, 2007).

No que diz respeito aos objetivos e propósitos desta pesquisa, foi escolhida uma abordagem qualitativa, pois essa abordagem lida com as experiências e perspectivas individuais. Essa escolha fortalece a eficácia do estudo, já que uma metodologia qualitativa permite descrever a complexidade de um problema, analisar as opções interativas, compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais, contribuir para a mudança em um grupo específico e aprofundar a compreensão dos comportamentos individuais (Richardson, 1999).

Para atingir os objetivos propostos, foi conduzida uma pesquisa em bases de dados eletrônicos, incluindo a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BGBTD), o Google Acadêmico e o Portal de Periódico Capes/MEC, bem como o SciELO. A pesquisa teve como foco a busca de artigos acadêmicos originais, revisados por pares, publicados no período entre 2018 e 2023.

RIBEIRO, Mairy Aparecida Pereira Soares; SOUSA, Aurélio Nogueira de;

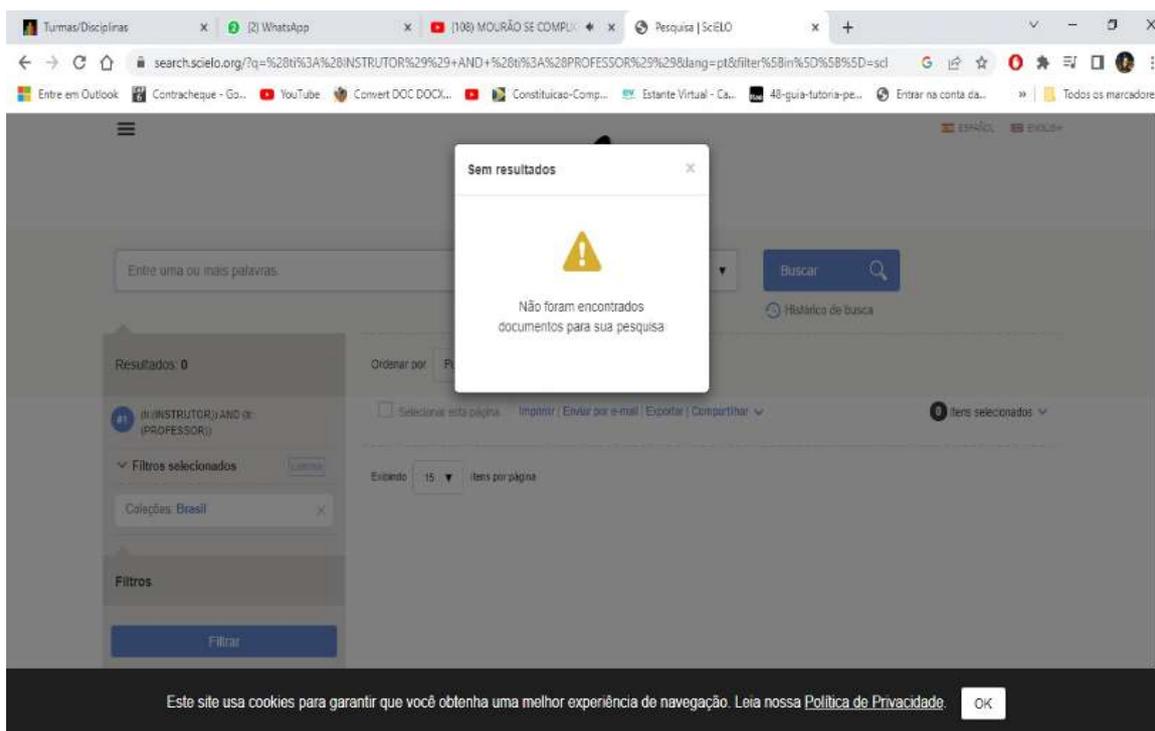
As palavras-chave foram combinadas usando o operador “AND”, uma ferramenta útil para a pesquisa em bases de dados de artigos científicos, pois permite refinar as pesquisas, solicitando à base de dados que encontrem artigos que contenham tanto o termo A quanto o termo B nos campos de pesquisa. Os descritores/termos usados para esta pesquisa deverão estar presentes no título dos artigos: “Instrutor AND Professor”.

Para serem incluídos nesta revisão, os artigos deverão atender aos seguintes critérios: (a) estar escritos em inglês, português ou espanhol; (b) abordar um objeto temático de estudo; (c) ter sido revisado por pares; e (d) ter sido publicado no período entre 2018 até os dados atuais da pesquisa.

ANÁLISES E RESULTADOS

Após a pesquisa exploratória nos repositórios, 2 publicações foram encontradas com tais características, conforme figuras abaixo.

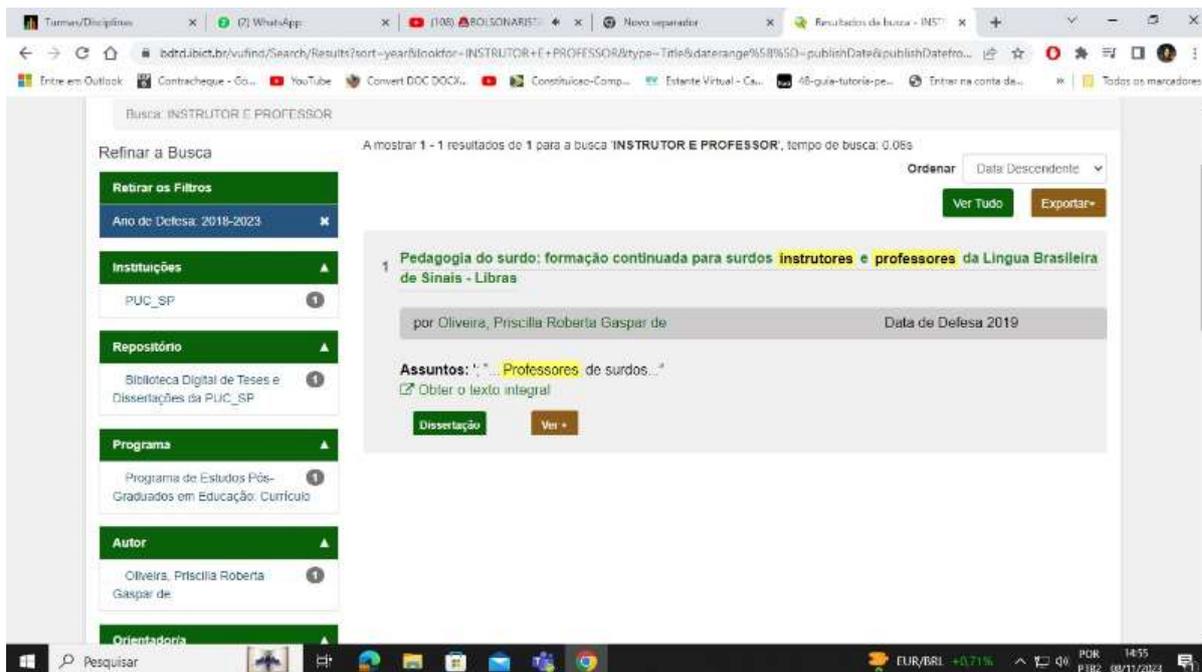
Figura 1 – Repositório da Scielo



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

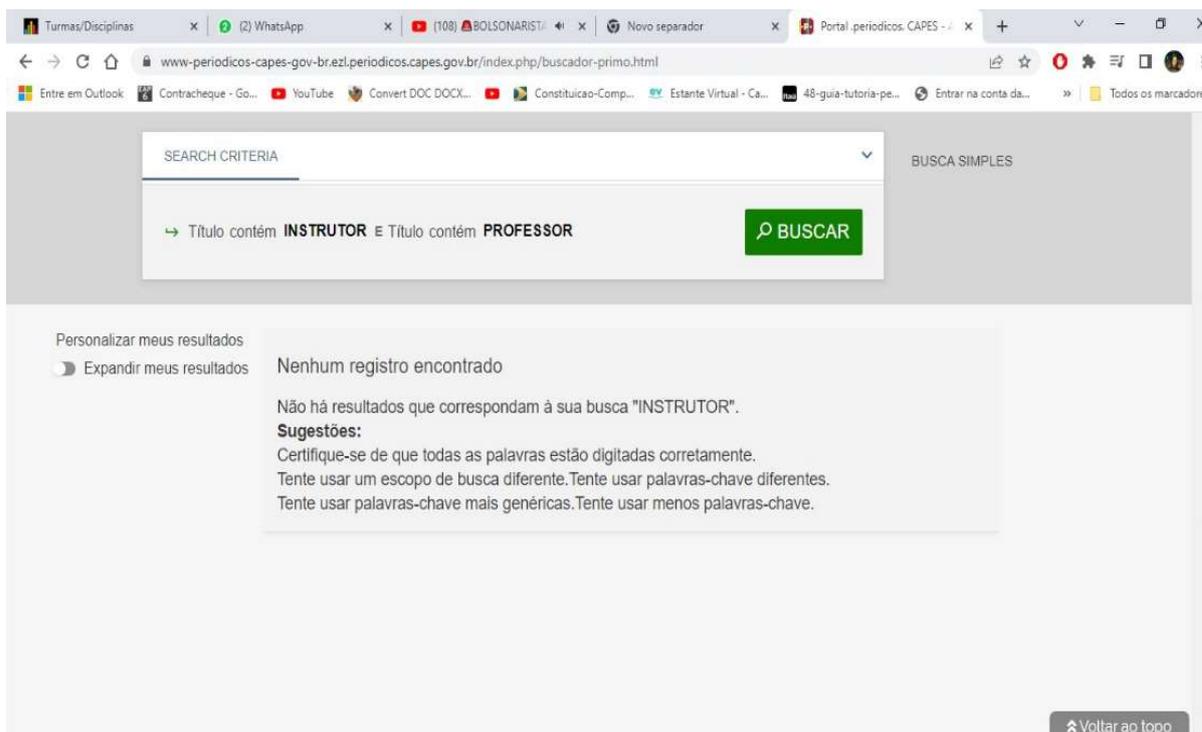
Figura 2 – Repositório da BDTD

A banda passa e a dúvida fica: professor ou instrutor?



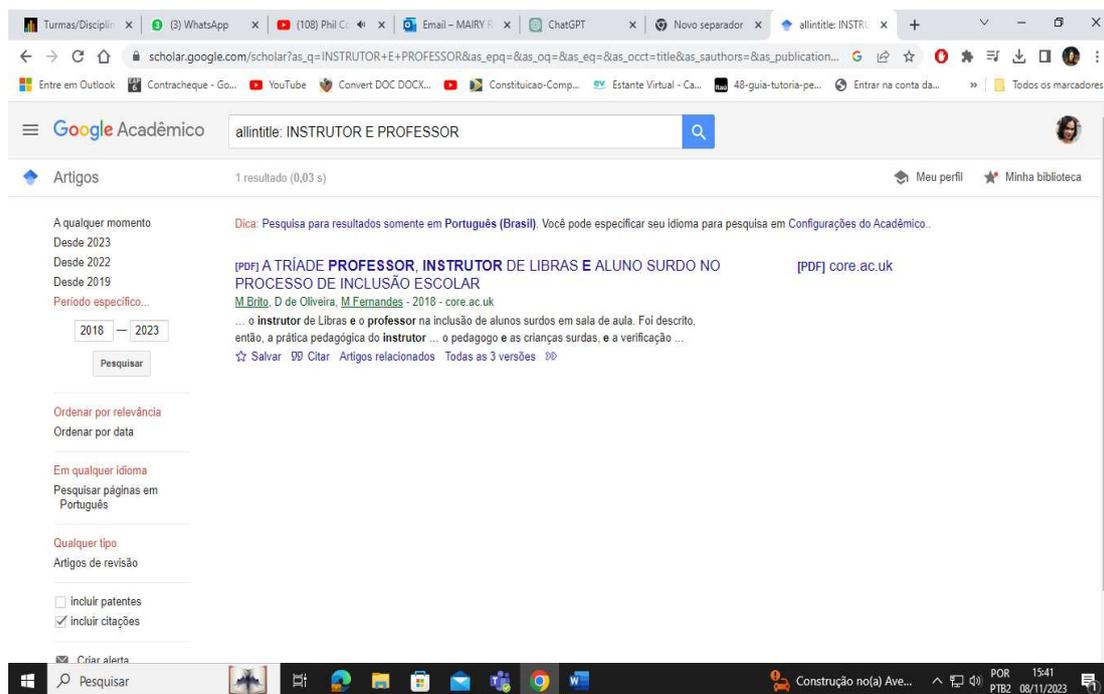
Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Figura 3 – Repositório da Capes/MEC



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Figura 4 – Repositório do Google Acadêmico



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Nos dois estudos encontrados, correlacionados à área de inclusão de forma geral e não especificamente à área da música, constatou-se que a figura do instrutor está correlacionada ao professor e não em substituição ou vacância dele, como bem citam Brito, Oliveira e Fernandes (2018): a interação entre os profissionais e os alunos, as dificuldades enfrentadas na relação à inclusão, as metodologias e recursos didáticos utilizados e a formação necessária para se tornar um educador inclusivo. Além disso, examinamos as contribuições do profissional de Libras no ambiente escolar e as relações adversas que impactam diretamente os alunos.

Segundo as autoras, o papel do professor passa a ser mais do que apenas uma conexão entre o aluno surdo e o conhecimento; ele se torna uma ferramenta falha nesse processo. Isso resulta em um “pacto da mediocridade”, no qual o professor finge estar ensinando e incluindo, enquanto o aluno sofre as consequências, visto que não há ações que promovam o desenvolvimento dos discentes.

Já Brito e Fernandes (2018) destacam a importância de consideração sólida desses alunos, fazendo com que eles se sintam parte integrantes do processo de aprendizagem, estabelecendo laços afetivos que facilitam a aproximação tanto do professor quanto do instrutor. Nesse sentido, a prática fluirá de maneira mais eficiente e agradável. Ressaltamos que o instrutor não deve substituir o professor, mas sim servir como um meio de ligação entre aulas e professores, transmitindo os conteúdos de forma pedagógica e preparando-se

A banda passa e a dúvida fica: professor ou instrutor?

para essa função. É essencial que professor e instrutor trabalhem em conjunto, com o foco no aprendizado do aluno.

Para Oliveira (2019), não existem registros práticos que orientem, com influência positiva, o desenvolvimento acadêmico dos alunos surdos e contribuam para a inovação nas abordagens metodológicas e didáticas no ensino de Libras como primeira e segunda língua. A participação dos professores e instrutores, por isso, são necessárias para apontar possibilidades e caminhos para a construção de um currículo que possa criar novos olhares dos demais envolvidos na Educação de Surdos, fazendo-os perceber a importância do trabalho desenvolvido.

Nos dois estudos correlacionados à área de inclusão, notamos que a presença do instrutor se relaciona de forma complementar ao papel do professor, não o complementando ou deixando uma lacuna, como destacado por Brito, Oliveira e Fernandes (2018). Esses estudos analisaram a interação entre os profissionais e os alunos, as dificuldades enfrentadas na promoção da inclusão, as metodologias e os recursos didáticos adotados, bem como a formação necessária para se tornar um educador inclusivo.

As autoras ressaltam que o professor não deve ser apenas um elo entre o aluno surdo e o conhecimento; ele desempenha um papel fundamental no processo educativo. O risco de estabelecer um “pacto da mediocridade”, no qual o professor apenas aparente ensinar e incluir, enquanto o aluno sofre as consequências, é evidenciado. A ênfase está na importância da integração dos alunos surdos, promovendo sua participação ativa no processo de aprendizagem e estabelecendo laços afetivos que facilitam a interação tanto com o professor quanto com o instrutor. Dessa forma, a prática educativa ocorre de maneira mais eficaz e agradável.

Discussões: o contexto do dispositivo instrutor

Diante de uma nova crise econômica, a sociedade capitalista tem buscado, desde os anos 1970, novas ideias para enfrentar o caos. Argumenta-se que a crise econômica decorre, em parte, do tamanho do Estado de Bem-Estar Social e da sua política intervencionista, que impõem impostos altos para financiar as políticas públicas que assume. Esses críticos veem o Estado como lento, ineficiente, pesado e ocupando um espaço que a iniciativa privada poderia usar de maneira mais eficiente, gerando lucro e ajudando a superar a crise.

Com a difusão do pensamento neoliberal na sociedade, especialmente a partir dos anos 1980, observa-se um aumento na privatização dos serviços públicos, das empresas estatais e na substituição da cidadania pela noção de consumidor. As conquistas trabalhistas

RIBEIRO, Mairy Aparecida Pereira Soares; SOUSA, Aurélio Nogueira de;

e sociais são progressivamente abandonadas, pois os teóricos do Estado neoliberal argumentam que tornam o emprego caro para os trabalhadores.

Para os defensores do neoliberalismo, a desigualdade social é vista como algo saudável, incentivando os indivíduos a buscarem uma vida melhor por meio de suas próprias habilidades. Assim, acreditam que o Estado, ao oferecer serviços além do essencial, leva à acomodação. A competição, por outro lado, promove o desenvolvimento da sociedade, da economia e dos indivíduos.

A crença é de que o Estado deve ser, no mínimo, resultado em cortes de orçamento na educação, limitando os recursos públicos disponíveis. As escolas privadas proliferam, enquanto o Estado reduz a sua rede e diminui os recursos alocados para a sua manutenção.

Outro ponto importante é o tipo de cidadão que o Estado neoliberal procura formar: um cidadão competitivo, capaz de exercer diversas funções no mercado de trabalho. Esse cidadão é necessário em um mercado que busca reduzir os custos, exigindo que os trabalhadores sejam multifuncionais. Ele deve ser pró-ativo, buscar soluções para os problemas e entender que esses problemas também são de sua responsabilidade.

Nesse contexto, surge a figura do instrutor para o ensino da arte, precisamente música. O instrutor tem uma carga de trabalho significativa, pois, ao contrário dos docentes, que são especialistas em uma área, eles precisam lidar com diversos assuntos e multitarefas, estimulando centenas de alunos e gerenciando a opinião para eles.

No entanto, essa nova realidade de trabalho também tem implicações na saúde e na qualidade de vida do instrutor. O excesso de trabalho, incluindo organização de instrumentos, ensino, elaboração de material, organização de eventos, apresentação escolar dentre outras, leva longas jornadas de trabalho sem direito a horas extras. A vida pessoal é sacrificada e o instrutor tem menos tempo para sua própria formação acadêmica, que poderia beneficiar os alunos.

Segundo Han (2018), neste sistema neoliberal, o instrutor pratica a autoexploração, que afeta todas as classes sociais e resulta em uma sociedade de indivíduos que se culpam por seu próprio fracasso devido à influência de grandes dados, capazes de prever o comportamento humano.

Portanto, a sociedade se torna submissa ao capital, e os trabalhadores da educação, em particular os instrutores, que se submetem à lógica do capital, acreditando ser livre autônoma e criativa, sem perceberem que a liberdade, de certa forma, é um instrumento de dominação, uma política do capital que aprisiona a psique humana, cria desejos e torna o indivíduo submisso e dominado. A informação se torna um instrumento de vigilância que restringe a liberdade de trabalho e a humanidade.

Instrutor ou Professor?

Nesse sentido, percebe-se que a legislação educacional brasileira não faz uma distinção explícita entre os termos “professor” e “instrutor”. Em termos gerais, ambos são utilizados para se referir aos profissionais envolvidos na educação, mas o contexto e as funções associadas a esses termos podem variar.

Normalmente, o termo “professor” é comumente usado para se referir a educadores que atuam em instituições formais de ensino, como escolas públicas e privadas. Eles, geralmente, têm formação superior em Pedagogia ou na área de conhecimento em que lecionam, e são responsáveis por ministrar aulas, planejar currículos, avaliar o desempenho dos alunos e contribuir para o desenvolvimento educacional.

A profissão de professor é regulamentada no Brasil e requer formação específica, como cursos de licenciatura. A regulamentação da profissão de professor no Brasil é feita por meio de órgãos como o Ministério da Educação (MEC) e os conselhos de educação, que estabelecem requisitos mínimos de formação, qualificação e carga horária.

Por outro lado, o termo “instrutor” pode ser usado em contextos mais amplos, muitas vezes fora do ambiente formal de ensino. Instrutores são profissionais que ministram treinamentos, cursos, *workshops* ou programas de capacitação em ambientes corporativos, técnicos ou específicos, como treinamento profissional, cursos de capacitação em empresas, academias, cursos de idiomas e assim por diante. Eles não precisam ter necessariamente formação em Pedagogia ou licenciatura, mas devem ter conhecimento e habilidades na área que ensinam.

Na Lei n.º 20.757/2020, do estado de Goiás, dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério e dá outras providências, sequer consta a palavra “instrutor”. Contudo, a Secretaria de Estado da Educação (Seduc-Go), no documento “Diretrizes operacionais das unidades escolares da rede estadual de ensino para 2023”, assim prescreve:

Nos municípios com ausência de profissionais da música, poderá assumir o (a) instrutor (a) de bandas e fanfarras que comprovar experiência nessa modalidade musical e vínculo ao processo de formação continuada fomentada pela Gerência de Arte e Educação (Goiás, 2023, p. 78).

Observa-se, neste caso, que a referência ao “instrutor de bandas e fanfarras” se encaixa na categoria de instrutores que desempenham um papel específico na área da música, em particular, no ensino e liderança de bandas e fanfarras. A legislação educacional brasileira, conforme mencionado anteriormente, frequentemente usa o termo “instrutor” para se referir

RIBEIRO, Mairy Aparecida Pereira Soares; SOUSA, Aurélio Nogueira de;

a profissionais que atuam em contextos de treinamento e capacitação fora do ambiente tradicional de ensino, como escolas e universidades.

Nesse contexto específico, a regulamentação menciona que, nos municípios onde não há profissionais da música disponíveis, o instrutor de bandas e fanfarras pode assumir essa função, desde que atenda a certos critérios. Para assumir esse papel, o instrutor deve comprovar experiência na modalidade musical de bandas e fanfarras, o que sugere que ele possui habilidades e conhecimentos específicos nessa área.

Além disso, o excerto menciona a necessidade de o instrutor estar vinculado ao processo de formação continuada fomentado pela Gerência de Arte e Educação. Isso implica que o instrutor deve participar de programas de desenvolvimento profissional e educação continuada promovidos pela Gerência de Arte e Educação, o que pode envolver treinamento, capacitação e aprimoramento constante de suas habilidades pedagógicas e musicais. Isso demonstra uma flexibilidade na definição de papéis e requisitos para profissionais da educação, dependendo das necessidades locais e das áreas de atuação.

No entanto, é importante ressaltar que as instituições de ensino têm liberdade para definir suas próprias terminologias e requisitos. A legislação educacional no Brasil concentra-se, principalmente, em diretrizes gerais para a educação, como currículos, carga horária mínima, avaliação, entre outros, e oferece diretrizes para a formação de professores. Portanto, as diferenças entre um professor e um instrutor podem variar dependendo da instituição e do contexto educacional específico.

É importante ressaltar que as leis e regulamentos podem mudar ao longo do tempo, e as diferenças entre professores e instrutores podem ser definidas com mais esclarecimentos em disposições específicas ou acordos de trabalho em determinadas instituições, contudo, o que precisa ser salientado é que cumprem as funções de professor, a carga horária da instituição e a remuneração é inferior, o que subjaz à categoria de autoexplorado pelo capital.

O trecho supracitado do documento “Diretrizes operacionais das unidades escolares da rede estadual de ensino para 2023” permite inferir que não há profissionais disponíveis na área de música ou que pode haver uma carência de professores ou profissionais de música disponíveis para lecionar em escolas ou programas de educação musical. De acordo com Goiás (2023):

Instrutor de bandas e fanfarras: em vez de um professor de música convencional, um instrutor de bandas e fanfarras é designado para ministrar aulas relacionadas a essa modalidade musical específica. Bandas e fanfarras geralmente envolvem instrumentos de sopro e percussão e podem ser uma parte importante da educação musical em algumas escolas. O instrutor deve demonstrar que tem experiência prática e conhecimento na área de

A banda passa e a dúvida fica: professor ou instrutor?

bandas e fanfarras. Isso pode incluir tocar em uma banda ou fanfarra, liderar grupos musicais semelhantes, ou ter experiência de ensino nessa modalidade.

Vínculo ao processo de formação continuada: o instrutor deve estar envolvido no processo de formação continuada, o que significa que ele deve estar comprometido com seu próprio desenvolvimento profissional na área da música. Isso pode incluir a participação em cursos de atualização, *workshops* e programas de aperfeiçoamento oferecidos pela Gerência de Arte e Educação.

Essa abordagem flexível permite que os municípios enfrentem a falta de professores de música, capacitando instrutores treinados para ensinar bandas e fanfarras, que são atividades musicais específicas. É importante ressaltar que, embora esses instrutores possam atuar nessa modalidade musical, isso não os equipará necessariamente a professores de música com formação pedagógica formal. No entanto, eles desempenham um papel fundamental na promoção da educação musical nas escolas, especialmente quando não há outros profissionais disponíveis.

Vale ressaltar que, segundo Charles Hadji (2001, p. 133),

O que justifica a existência dos professores é a necessidade de intervir de maneira técnica para organizar o meio, de modo a permitir ao ser em desenvolvimento melhor criar, comunicar, aprender etc. O trabalho sobre o ambiente tem por função e por efeito - quando o ensino é bem-sucedido- permitir que quem foi ensinado construa as ferramentas específicas a cada uma dessas séries de atividades e delas se aproprie.

O excerto citado enfatiza o papel fundamental dos professores na organização do ambiente educacional para melhor atender às necessidades de desenvolvimento dos alunos. A existência dos professores é justificada pela necessidade de intervenção técnica e pedagógica para criar um ambiente que permita aos alunos criarem, comunicarem, aprenderem e se desenvolverem de maneira eficaz.

Relacionando isso sobre instrutores de bandas e fanfarras em municípios com carência de profissionais da música, podemos entender que os instrutores, mesmo que não tenham formação pedagógica formal, podem desempenhar um papel importante na organização do ambiente de ensino musical. No entanto, a presença de professores com formação pedagógica é fundamental em ambientes educacionais para garantir a qualidade e o sucesso do ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os instrutores de bandas e fanfarras possam fornecer conhecimento prático e experiência na área específica da música, os professores é que são formados para

RIBEIRO, Mairy Aparecida Pereira Soares; SOUSA, Aurélio Nogueira de;

desenvolver abordagens pedagógicas e estratégias de ensino que atendam às necessidades de aprendizado de cada aluno. Eles têm a responsabilidade de criar um ambiente de ensino que permita aos alunos construir ferramentas específicas para o desenvolvimento de suas habilidades musicais e, ao mesmo tempo, se apropriarem dessas habilidades de forma eficaz.

Portanto, a justificativa para a existência de professores, mesmo quando os instrutores podem desempenhar funções específicas, é a capacidade dos professores de oferecer uma intervenção técnica e pedagógica abrangente, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos em diversas áreas, além de simplesmente adquirir habilidades musicais específicas. Os professores são essenciais para orientar o crescimento intelectual, emocional e social dos alunos, enquanto os instrutores podem fornecer conhecimentos especializados em áreas específicas. Ambos os papéis são complementares na educação.

Diante do exposto, fica evidente a necessidade prévia de formação e preparação adequada para os docentes que recebem alunos surdos em suas salas de aula. Além disso, é fundamental o incentivo a pesquisas adicionais, uma vez que ainda há uma escassez de estudos importantes nessa área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.769/2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Brasil, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111769.htm. Acesso em: 06 fev. 2024.

BRITO, Maria; OLIVEIRA, Daisy Anne de; FERNANDES, Maria. A tríade professor, instrutor de libras e aluno surdo no processo de inclusão escolar. **Littera: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, v. 9, n. Esp., 25 Nov 2018 Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/10204>. Acesso em: 20 fev. 2024.

FRANÇA, Cecília Cavaliéri. BNCC e educação musical: muito barulho por nada?. **Música na Educação Básica**, v. 10, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revistameb.abem.mus.br/meb/article/view/236>. Acesso em: 14 fev. 2024.

GIROTTI, Eduardo Donizeti. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta. A base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. **Horizontes**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 16–30, 2018. DOI: 10.24933/horizontes.v36i1.603. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/603>. Acesso em: 16 fev. 2024.

GOIÁS. Diretrizes Operacionais das Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino para 2023. **Secretaria da Educação de Goiás (SEDUC-GO)**. Goiânia-GO, 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/diretrizes-operacionais-das-unidades-escolares-da-rede-estadual-de-ensino-para-2023/>. Acesso em: 1 fev. 2024.

A banda passa e a dúvida fica: professor ou instrutor?

GOIÁS. **Lei nº 20.757/2020**. Altera a Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001, que dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal do Magistério, e dá outras providências. Goiás, 2020. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/100980/lei-20757. Acesso em: 14 mar. 2024.

HADJI, Charles. **Pensar e agir a educação**: Da inteligência do desenvolvimento ao desenvolvimento da inteligência. Porto alegre: Artmed, 2001.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

LOMBARDI, José Claudinei; SILVA, Régis Henrique dos Reis. Editorial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 17, n. 3, p. 708–713, 2017. DOI: 10.20396/rho.v17i3.8651189. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651189>. Acesso em: 8 mar. 2024.

MORGAN, Gareth. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. In: CALDAS, Miguel P.; BERTERO, Carlos Osmar. **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 12-33.

OLIVEIRA, Priscilla Roberta Gaspar de. **Pedagogia do surdo**: formação continuada para surdos instrutores e professores da língua brasileira de sinais - libras. 2019. 69 f. Dissertação (mestrado em educação: currículo) - Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22714/2/Priscilla%20Roberta%20Gaspar%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Micael Carvalho dos. A educação musical na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Ensino Médio: teias da política educacional curricular pós-golpe 2016 no Brasil. **Revista da Abem**, [S. l.], v. 27, n. 42, 2019. Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/799>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SÃO PAULO. **Lei nº 10.451/88**. Dispõe sobre a criação de cargos de professor de bandas e fanfarras, e dá outras providências. São Paulo, 1988. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/1988/1046/10451/lei-ordinaria-n-10451-1988-dispoe-sobre-a-criacao-de-cargos-de-professor-de-bandas-e-fanfarras-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOBREIRA, Silvia. Reflexões sobre a obrigatoriedade da música nas escolas públicas. **Revista da Abem**, v. 20, p. 45-52, 2008.

RIBEIRO, Mairy Aparecida Pereira Soares; SOUSA, Aurélio Nogueira de;

SOUSA, Aurélio; PEREIRA, Eliton. A banda marcial como disciplina eletiva no ensino fundamental em escola de tempo integral. **Revista da Abem**, v. 28, p. 384-404, 2020.

Disponível em: <https://revistaabem.abem.mus.br/revistaabem/article/view/969/586>.

Acesso em: 14 fev. 2024.

Submetido em: 08 de mar de 2024.

Aprovado em: 18 de mai de 2024.

Publicado em: 30 de ago de 2024.